

A NOÇÃO DE ETNICIDADE: SEUS USOS NA TEORIA ARQUEOLÓGICA*

Luciana S. Freitas

O livro de Sian Jones não é só uma contribuição oportuna no campo dos estudos arqueológicos propriamente dito. Ele pode ser considerado um livro de referência nos estudos de Cultura Material, Antropologia, História, por tratar de questões teóricas pertinentes às mais atuais discussões desses campos. Analisando a questão da construção de identidades coletivas do passado “no presente”, ela acaba apontando para o embate entre a concepção de “ciência livre de valores” e a influência sócio-política exercida sobre qualquer campo do conhecimento, a despeito do que alguns possam afirmar em contrário. O que está implícito nesta concepção, e sua abordagem contribui para a solidificação da crítica, é a perspectiva de passado monolítico, ou seja, a idéia de que haja **um passado** que se sobreponha às culturas dos povos, um fluxo inexorável da história no tempo ao qual às sociedades têm que se adaptar.

A estrutura do livro é apresentada em 7 capítulos e está fundamentada no exercício de resgatar as conexões político-sociais da disciplina e sua relação com os eixos teórico-conceituais que a disciplina assume a fim de mostrar que as análises empreendidas até hoje na Arqueologia,

* JONES, Sian. *The Archaeology of Ethnicity. Constructing Identities in the and present*. London e NY: Routledge, 1997, 188 p.

além de inadequadas, são fruto destas configurações enraizadas nestes contextos político-sociais particulares.

Na *introdução*, a autora enuncia sua tese de que a pesquisa arqueológica como um todo está interligada à construção das identidades nacionais contemporâneas e procura explicitar esta relação através da análise histórica do surgimento e do processo de institucionalização da disciplina, demonstrando a estreita ligação entre pesquisa arqueológica, situações políticas e interpretações do passado.

Mas é através de uma “arqueologia das idéias” que a autora demonstra o percurso teórico seguido pela Arqueologia, apontando para a predominância do chamado *paradigma histórico-cultural* na pesquisa arqueológica. Este paradigma é definido pela autora como uma extração empiricista de descrição e classificação de vestígios materiais circunscritas à uma estrutura espacial e temporal, entendidas como unidades normalmente referidas como ‘culturas’ e consideradas como produto de entidades sociais distintas no passado. A reação a este paradigma pode ser representada pela *New Archaeology* dos anos 60/70, que consistiu em um desenvolvimento conceitual predominantemente anglo-americano e fortemente baseado na Antropologia Social.

Por esta razão é que ela coloca como *objetivo do livro* a realização de uma síntese crítica de um conjunto de teorias sobre etnicidade nas Ciências Humanas e a proposição de desenvolver uma estrutura arqueológica de interpretação da “eticidade como situacional e fundamentada na prática do cotidiano e experiência histórica em contraposição à idéia de essência de um grupo que remonte a uma origem única” (Jones, 1997, p. 13).

Na busca por estas novas perspectivas, a autora vai explicitar as abordagens na Arqueologia por ela criticadas e enumerar estas críticas no segundo capítulo, trabalhando sobre as duas principais abordagens que influenciaram a pesquisa arqueológica: a *New Archaeology* e o que chama de *paradigma histórico-cultural*. O que está no cerne da crítica apontada por Jones nestas duas abordagens é o conceito de cultura por elas utilizado.

A autora vai mostrar que o paradigma histórico-cultural teve mantida a estrutura classificatória a ele associada reforçando, assim, a tendência empiricista na Arqueologia, substituindo-se a mera identificação de “entidades materialmente circunscritas” pela interpretação baseada na idéia de entidades distintas socialmente delimitadas (Jones, 1997, p. 36).

A reação a este tipo de concepção de cultura que veio com a Arqueologia Processual pretendia resgatar o aspecto da dinâmica da relação, nos termos de um *sistema cultural funcionalmente integrado*. Entretanto, a classificação de “culturas arqueológicas” por trás da ordenação tipológica da qual os processualistas não conseguiram fugir permaneceu, e isto significou uma dicotomia entre a interpretação e a classificação dos dados.

Procurando mostrar que o desenvolvimento paralelo das concepções nas Ciências Humanas em geral, e na Antropologia em particular influenciaram a pesquisa e análise arqueológicas, o capítulo 3 situará a Arqueologia a partir da relação entre a produção conceitual e empírica das Ciências Humanas e a questão da etnicidade. Jones situa a emergência da concepção de raça e de etnicidade na confluência dos debates entre os campos disciplinares nas Ciências Humanas, mostrando contudo como estes debates confundiram-se com a própria institucionalização dessas disciplinas. Entretanto, sua ênfase em tratar exaustivamente da tradição antropológica que ensejou o desdobramento da questão da etnicidade, acabou por deixar de lado a tradição sociológica/antropológica francesa do qual o próprio Bourdieu, autor fundamental de seu trabalho, é tributário.

O percurso do quarto capítulo é destacar os dois eixos que delimitam as várias definições de etnicidade, apresentando os fatores responsáveis por essa variação. Esses fatores, tais como o grupo particular que é o sujeito da pesquisa, o impacto de diferentes tradições disciplinares e teóricas, os aspectos específicos que se quer ressaltar e as características da região pesquisada, colaboram, na opinião da autora, para fragmentar a conceituação do termo.

Jones vislumbra duas diferentes conceitualizações gerais de etnicidade: o *objetivismo* e o *subjetivismo*, entrecruzadas por dois outros eixos - instrumentalista/primordialista. Com relação ao primeiro, sua crítica aponta tal divisão como simplista porque pressupõe um olhar livre de valores por parte do pesquisador e percepções culturalmente mediadas de forma subjetiva, como se o grupo estudado também não colocasse sob uma mira objetivante suas práticas e também não teorizassem suas posições de forma subjetiva. Com relação ao segundo eixo, Jones aponta para o fato de que, apesar de quebrar com o essencialismo da identidade e permitir perceber a dinâmica envolvida em sua constituição, o instrumentalismo cai na armadilha reducionista de definir etnicidade em termos de regularidades do comportamento em situações particulares ou em considerar como essência da etnicidade a organização de grupos de interesses, deixando de lado a dimensão cultural da etnicidade, enquanto a mistificação da identidade étnica, o enraizamento desta identidade na coercitividade dos laços psicológicos e biológicos e a consideração de características tais como território, língua, tradição, parentesco como definidoras de uma essência étnica compartilhada sob a abordagem **primordialista** sugerem a identidade étnica como dimensão imutável na auto-identificação do indivíduo e desta forma não dá conta da natureza fluida das fronteiras identitárias e nem das variações do contexto social para contexto social, já que considera a formação de tais identidades como independentes de situação política e social.

Nesse sentido, embora considere os símbolos culturais como elementos da cultura étnica, tanto uma quanto outra não consideram de que forma estes símbolos estabelecem uma relação entre etnicidade e cultura. No entanto, esta dicotomia parece ser bem mais nuançada do que sugere a autora. Em sua ânsia em demonstrar que as teorias oscilavam entre estes pólos, acaba ignorando outras formas de trabalhar com a etnicidade¹.

¹ Podemos lembrar, inclusive, de trabalhos como o de Edmund Leach e Victor Turner que não se enquadra em nenhum dos pólos possuindo uma posição amalgamada e

Ao ressaltar definições que procuraram combinar uma conceitualização subjetiva a aspectos culturais particulares de diferenciação, a autora chama a atenção para o fato de que tais esforços tenderam a conformar tais aspectos às ideologias da diferença cultural nos contextos estudados. Desta forma, procura salientar a estreita relação entre a abordagem primordialista e o processo de naturalização do Estado-nação.

Jones buscará, no quinto capítulo, a construção de um conjunto analítico contextual de etnicidade. A busca deste novo conceito advém da necessidade em considerar a relação entre cultura e etnicidade sem cair na pressuposição de que “afinidades étnicas são culturalmente determinadas de modo primordialmente inato, nem no argumento funcionalista de que fronteiras culturais e identidades étnicas associadas ocorrem de forma arbitrária para servir a propósitos instrumentais” (Jones, 1997, p. 83).

Grupos étnicos são definidos pela autora como grupos de identidade atribuída culturalmente, os quais são baseados na expressão de uma cultura compartilhada e uma descendência comum *real ou presumida*. Assim, etnicidade é vista como um processo que envolve consciência da diferença numa perspectiva relacional. Desta definição de etnicidade emerge a crítica de que uma definição com foco no processo seria empiricamente vazia pois poderia ser aplicada a qualquer grupo identitário, como por ex. classe e/ou gênero.

A autora defende-se desta crítica dizendo que etnicidade enquanto forma de interação criadora de grupamento social específico é distinta de outras categorias de grupo identitário, pois os elementos constituintes de tais categorias fundamentam tipos de relações interpessoais e organização formal distintas. Por ex.: categorias de gênero seriam constructos sociais que informam interações em que algum tipo de diferenciação

autores brasileiros como Roberto Cardoso de Oliveira, Manuela Carneiro da Cunha entre outros.

sexual está em jogo. Categorias de classe, por sua vez, informariam essas diferenças em termos de acesso a recursos econômicos culturais e políticos resultantes de uma divisão horizontal da sociedade. Desta forma, Jones argumenta que divisões do tipo classe ou gênero não fundamentam a reprodução de diferenças classificatórias entre pessoas que percebem a si mesmas como culturalmente distintas, pelo contrário, elas geralmente relacionam diferenças dentro de um grupamento cultural mais amplo. Por estas categorias relacionarem diferenças dentro de um grupo mais amplo que se percebe distinto de outro, essas categorias devem ser consideradas como categorias que perpassam a etnicidade e vice-versa, embora não possam ser claramente apontadas.

A segunda crítica à sua abordagem aponta para algo mais problemático. Por excluir as diferenças substantivas na definição, há a tendência em ignorar essas diferenças nos vários contextos históricos e então tornar-se-ia um fenômeno sócio-cultural unitário presente tanto em situações modernas quanto não-modernas. No entanto, ela argumenta que as regularidades e características de grupos étnicos particulares são atribuídas à etnicidade em geral e são vistas freqüentemente como princípios funcionais e/ou causais, e isto não se sustentaria enquanto crítica. Mas permanece a questão: até que ponto considerar que diferenças substantivas não devam ser atribuídas a etnicidades específicas? Se os fenômenos da Romanização, do Colonialismo, da “Globalização” devem sempre serem vistos como fenômenos historicamente datados e se damos ênfase a um modelo processual formal em detrimento da percepção das diferenças, em que medida o conceito etnicidade não se torna algo difícil de ser aplicado enquanto tal a contextos passados?

Retomando as críticas às abordagens primordialistas e instrumentalistas, ela vai propor a *teoria da prática* de Bourdieu (1977) como o arcabouço mais apropriado para analisar a problemática da relação entre etnicidade e cultura, pois permite transcender a dicotomia entre objetivismo e subjetivismo e outras oposições clássicas como indivíduo e soci-

idade, determinismo e liberdade, etc., através do conceito de *habitus*. Enquanto as abordagens funcionalistas e normativas de cultura não são adequadas à análise de como esquemas culturais estruturam a realidade social, a teoria de Bourdieu é apresentada como ideal por permitir que o “comportamento humano possa ser considerado como obtendo certas finalidades funcionais, provendo necessidades básicas desejos e objetivos; entretanto tais necessidades e interesses são definidos e negociados por pessoas inseridas em uma situação culturalmente estruturada tanto quanto as funções que práticas particulares desempenham” (Jones, 1997, p. 117).

No entanto, é no penúltimo e último capítulo que ela vai discutir mais detidamente a relação entre cultura material e etnicidade retomando as três principais categorias de crítica à abordagem de “culturas arqueológicas”. Destas três categorias o que surge em um primeiro nível é a dificuldade em estabelecer a correlação entre “culturas arqueologicamente definidas e etnias, a partir dos dados arqueológicos.” Em um segundo momento, a própria existência empírica de “culturas arqueologicamente definidas” e de grupos étnicos como entidades limitadas fixamente é que posta em questão.

Através da análise da inter-relação entre estilo, função e etnicidade empreendida por arqueólogos processualistas, Jones vai demonstrar que havia muito mais regularidades na classificação de traços e tipos arqueológicos do arqueólogo do que nas próprias evidências materiais. Entretanto, se por um lado a relação direta entre identidade étnica e cultura não pode ser estabelecida enquanto uma relação biunívoca, por outro lado, a análise da relação entre estilo e função demonstra que o estilo não é um produto passivo da cultura e sim expressa uma forma de comunicação entre etnicidade e cultura, ressaltando as bases culturais em que as diferenciações étnicas são inscritas.

Ela defende que a etnicidade não pode ser tomada como um mero reflexo do *habitus* ou da cultura pois sua construção e objetificação de-

pende da interseção das disposições das pessoas e das condições em que vivem. Desta forma, ela procura lidar com as condições que propiciam a interação e a disposição dos significados simbólicos que são ensejados através da relação entre interação humana e condições históricas, que, por sua vez, poderão informar parâmetros dominantes de caracterização étnica (Jones, 1997, p. 120).

Contudo, um aspecto fundamental não é trabalhado por Jones: a relação entre o *habitus* e as condições sócio-ambientais que perpassam estruturalmente as culturas. O que está implícito nesta afirmação sugere o questionamento direto da validade da proposição apresentada pela autora na análise do passado. Se, por um lado, o instrumental analítico empregado permite destacar o problema da avaliação da interação étnica em esquemas classificatórios ideologicamente estruturados, por outro lado, parece deixar de lado qualquer tipo de relação material ancorada na interface entre a cultura e o habitat.

A questão que emerge é com que tipo de conceito de cultura trabalha Jones. Este parece ser diretamente derivado da teoria de Bourdieu que, apesar de permitir transcender a dicotomia entre estrutura social normativa e sujeito, não considera contextos específicos de interação uma vez que sua teoria tem a pretensão de englobar a generalidade dos fenômenos. Não obstante, apesar do esforço bem-sucedido de generalização, não deve ser esquecido que Bourdieu produziu sua teoria prática em grande parte fundamentada em contexto etnográfico específico e por isso deve ser utilizado com cautela na análise de identidades temporalmente situadas.

Se, como coloca a autora, não é possível mapear os limites da identidade étnica de grupos no passado, então a questão é se definimos grupos no passado como os definimos agora. Assim, da mesma forma que a afirmação de que a problemática dos estados nacionais acabou por conformar teórica e ideologicamente a prática e teoria arqueológicas, contestando as identidades no passado como entidades monolíticas fi-

xamente definidas, a afirmação de que não haveria culturas de alguma forma circunscritas no passado também deve ser avaliada.

Um outro ponto a ser levantado é a relação entre símbolo cultural e etnicidade, relação inclusive utilizada por ela para apontar falhas interpretativas nas abordagens analisadas. Decorrente da preocupação da própria autora, ao apontar o interesse em responder à questão de como a identidade étnica é reproduzida e quais os processos envolvidos em sua objetificação (Jones, 1997, p. 118), esta relação não é explicitamente tratada como uma relação que remete diretamente à interseção entre as condições sócio-ambientais e as disposições culturais internalizadas pelos indivíduos e externalizadas na cultura. Seria necessário acoplar esta importante dimensão, que aliás tem relação direta com o problema do aspecto simbólico levantado por ela, ao princípio do *habitus* pensado por Bourdieu.

É inegável, entretanto, tratar-se esta obra de uma contribuição fundamental, pois a questão que surge em seu subtítulo parece operar uma importante mudança na perspectiva de olhar “os passados”. A emergência recente do debate sobre a identidade nacional no âmbito das Ciências Humanas acabou por incentivar a discussão das práticas arqueológicas enquanto legitimadoras destas identidades, mostrando como a Arqueologia tem, assim, um papel fundamental não só na legitimação das identidades culturais mas também em sua construção. Cabe agora saber até que ponto assumimos as transformações na forma de olhar “o passado” sugeridas pela autora enquanto construções simultâneas.